


ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 171


-----ATA N.º 23-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2017:

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia; Ordem do Dia: -----

- 1) Votação das Atas n.ºs 21 e 22; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 4) CPCJ – Relatório de atividade – 2016; -----
- 5) Proposta n.º 49/2016 – Fixação do número de unidades orgânicas flexíveis; ---
- 6) Proposta n.º 03/2017 – Definição da área e requisitos de recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau; -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Ana Paula Ribeiro Coelho, Ana Filipa Varela Soares Pereira, solicitaram a sua substituição o que veio a verificar-se por Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, que não esteve presente na sessão e por Pedro Manuel Esteves Almeida Simões, respetivamente. O Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Luso solicitou a sua substituição, o que veio a verificar-se pelo Vogal-Secretário, João Carlos Henriques Silva. -----

Seguidamente, a Senhora Presidente da Mesa, deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se havia intervenções do público tendo-se inscrito o Senhor Agostinho Coelho Ferreira e a Senhora Maria Luísa Gonçalves. -----

A Senhora Maria Luísa Gonçalves, referiu que intervinha em nome de um pequeno grupo, que está presente na sessão, a representar cerca de um terço da população de Barcouço Norte, Santa Luzia, afirmando que se sentem um pouco esquecidos pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal e como munícipes. Pretendem para dar conta que, repetidamente, ao longo do ano, se tem verificado um grande surto de moscas que impede os moradores de terem uma janela aberta, de se sentarem numa varanda. Consideram tratar-se de uma questão de saúde pública. Já têm verificado que tal situação acontece quando há movimento de estrume proveniente de aviários localizados na zona e que não é devidamente enterrado. Informou ser portadora de um abaixo-assinado, de um terço da população, dirigido ao Senhor Presidente da Câmara. Acrescentou que nada têm

contra os aviários e a entrega do abaixo-assinado tem como objetivo alertar a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, para a situação, antes de tomarem outras iniciativas, como participação às entidades competentes. -----

Posteriormente, foi feita a entrega à Mesa da Assembleia Municipal do abaixo-assinado dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

(início: após 17 minutos; fim: após 20 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou deslocar-se muitas vezes a Santa Luzia e não se recorda de alguém ter dado conhecimento da situação, o que significa que não exista. Transmitiu que indagará sobre o que se passa para tentar encontrar uma solução. Para melhor esclarecimento, solicitou a intervenção do Senhor Vereador Calhoa Morais. -----

(início: após 22 minutos; fim: após 23 minutos) -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais referiu que atendendo a que são zonas de minifúndio existem alguns problemas em controlar a situação. A legislação em vigor prevê a utilização de estrume direto até cinquenta metros das casas, no período de quarenta e oito horas deverá ser enterrado e, no caso de ser adquirido, pode estar, em montes, até cinco dias, ou se pretenderem fazer uma montureira, pode estar um mês, fazendo o arejamento. Acontece que as pessoas levam com um trator, despejam no monte e deixam ficar, e se calhar, continua assim no dia seguinte. Os referidos surtos verificam-se mais nas épocas das sementeiras e vindimas. Acrescentou que sempre que os senhores munícipes verifiquem algum incumprimento relativamente ao prazo das quarenta e oito horas, deverá contactar a GNR da Mealhada – Núcleo Ambiental que tomarão as devidas providências ou a Senhora Delegada de Saúde no caso de o surto ser de maior gravidade. -----

(início: após 23 minutos; fim: após 30 minutos) -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que Barcouço não está esquecido, nem pela Junta de Freguesia nem pela Câmara Municipal: Quando a Junta de Freguesia teve conhecimento da situação criou um “flyer” para distribuir, sensibilizando a população para a utilização desse estrume numa forma mais correta, estando a Junta de Freguesia sempre disponível para colaborar na resolução dos problemas. -----

(início: após 32 minutos; fim: após 34 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para apresentar a sua disponibilidade para acompanhar o assunto, referindo que apesar do seu número de telefone constar no “site” da Câmara, indicava-o novamente para que os munícipes quando verificarem a situação referida o possam informar. -----

(início: após 34 minutos; fim: após 35 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia referiu que foram apresentados dois assuntos tratados pelo Executivo, depois do envio da Ordem de Trabalhos, pelo que, seria colocada à votação a inclusão dos mesmos na Ordem do Dia: -----

- Proposta n.º 4/2017 e Plano de Ação para a Eficiência Energética. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 172



A proposta foi aprovada por unanimidade passando a corresponder ao Ponto n.º 7 e n.º 8 da Ordem de Trabalhos. -----

A Senhora Presidente da Mesa apresentou uma proposta da Mesa de um voto de felicitações à Senhora ex-Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa, Ana Paula Almeida Ramos, que foi nomeada pela Proteção Civil para um cargo distrital, procedendo à leitura do mesmo e que a seguir se transcreve: -----

A Mesa da Assembleia Municipal da Mealhada felicita a ex-Comandante dos Bombeiros Voluntários da Pampilhosa, Ana Paula Almeida Ramos, pela sua recente nomeação como segunda Comandante Operacional Distrital de Operações de Socorro de Aveiro, o que significa o reconhecimento por todo o trabalho que foi desenvolvendo e uma grande aposta na continuação do seu excelente desempenho, atribuindo-lhe um cargo de forte relevo e grande exigência. -----

Seguidamente, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

(início: após 35 minutos; fim: após 39 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém se queria inscrever, o que foi feito pelos Senhores Deputados Municipais: Luís Tovim, António Neves e Isabel Lemos. -----

1) Interveio o Senhor Deputado Municipal, Luís Tovim, referindo as notícias sobre o Índice de Transparência Municipal, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o assunto. -----

(início: após 39 minutos; fim: após 40 minutos) -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que existe uma associação cívica que pretende ser a entidade julgadora do Índice de Transparência Municipal que olha para os "sites" das câmaras municipais e verifica se cumprem os requisitos que entendem ser essenciais para que haja transparência nos Municípios. Os "sites" dos Municípios têm algumas obrigações que estão fixadas na lei, não tendo essa associação o direito de entender se os referidos "sites" devem ter outra informação. O "site" da Câmara Municipal da Mealhada cumpre, não apenas, o que a lei exige, mas ainda contém muito mais informação. A Câmara Municipal recebeu, uma nota dessa associação cívica, fazendo a apreciação do "site" e a Câmara Municipal exerceu o contraditório. Informou ainda sobre a correspondência trocada entre a Câmara Municipal e a Associação, tendo procedido à leitura da mesma. -----

(início: após 40 minutos; fim: após 47 minutos) -----

2) O Senhor Deputado Municipal, António Neves, apresentou a proposta de Moção, que a seguir se transcreve: -----

"PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS. -----

Um processo de descentralização de competências exige a recuperação e a afirmação da autonomia do Poder Local; exige um quadro claro e sustentado de condições que enquadrem a transferência de competências; exige um regime de

financiamento com os meios necessários, estabilidade de execução e previsível evolução e exige a reposição de condições organizacionais, materiais e humanas. Nesse sentido, o PCP anunciou na sua Declaração Política no Plenário da Assembleia da República, a apresentação de um conjunto de iniciativas legislativas sobre estas matérias. Na verdade, o PCP esteve e estará sempre presente em defesa da afirmação e valorização da autonomia do Poder Local, em coerência com uma organização de Estado assente na descentralização, com capacidade de responder com maior eficácia às exigências que se colocam, de prestar melhor serviço público, contribuindo assim para a melhoria da sua qualidade e condições de vida. Sendo a descentralização um dos princípios constitucionais para a organização do Estado, exige-se uma reflexão séria, profunda e alargada, que não se coaduna com calendários precipitados: descentralizar competências e decisões não é alijar responsabilidades e transferir descontentamentos; não é transferir competências aquém dos meios; não é colocar em perigo a coesão e a igualdade entre cidadãos, designadamente em relação a funções sociais básicas. Assim sendo, o PCP exorta os deputados desta Assembleia Municipal a aprovarem a moção que passa a apresentar. -----

Os deputados municipais do PCP -----

Maria Isabel Lemos, António Neves -----

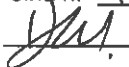
(início após 48 minutos; fim após 50 minutos)" -----

3) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, apresentou a proposta de Moção, que a seguir se transcreve: -----

"PROPOSTA DE MOÇÃO - Transferência de Competências -----

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias. A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do principio da complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. Objectivos que exigem, como garantia de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 173


coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver. Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal de Mealhada, reunida em 27/02/2017 delibera: 1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional. 2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios. 3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. 4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. -----

Os deputados municipais do PCP -----

Maria Isabel Lemos, António Neves -----

(início após 50 minutos; fim após 60 minutos) " -----

A Senhora Presidente da Mesa referiu que após análise da Proposta se constata que ali consta: "A Assembleia Municipal de Mealhada, reunida em 27/02/2017 delibera..... ", contudo, o que pode ser apresentado na Assembleia para ser colocado à votação é uma Recomendação, uma Moção ou uma Proposta, não uma deliberação no sentido em que foi apresentada. Pelo que, no caso de pretenderem manter a Proposta, deverá ser alterada, o que foi feito de imediato, passando a constar : "...a A Municipal de Mealhada, reunida em 27/02/2017 propõe que se pronuncie sobre a seguinte moção: ..." -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o tema apresentado, da reposição das freguesias, lhe diz muito, e que existe matéria para debate político. Considera existir alguma confusão entre descentralização e desconcentração de competências, mencionando a Lei das Finanças Locais, CIM's e CCDR's. -----
(início: após 01 hora e 02 minutos; fim: após 01 hora e 04 minutos) " -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou a Moção à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Maria Isabel Pinto Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, António Nogueira das Neves, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Henriques Silva, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Pedro Manuel Esteves Almeida Simões, Paula Cristina Cardoso Pereira Machado Pinto, Luís Miguel Pereira Brandão. A Senhora Deputada Municipal, Isabel Dias Santiago, ausentou-se da reunião, não tendo participado na votação. -----

A Moção foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor e oito abstenções.-----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Dias Santiago, compareceu na reunião. ----

4) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Sandra Carvalho, solicitou esclarecimentos sobre uma notícia dada pela comunicação social, sobre a instabilidade financeira da EPVL. -----

(início: após 1 hora e 08 minutos; fim: após 1 hora e 09 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à questão colocada, tendo esclarecido que a EPVL teve problemas de tesouraria e não problemas financeiros estruturais. Atendendo a que é financiada por fundos comunitários, por uma estrutura chamada POCH, e, ou por atraso nas transferências vindas da União Europeia, ou por falta de organização, houve meses em atraso nos pagamentos do POCH, mas, apesar disso, a escola continuou a cumprir os seus compromissos, quer com os fornecedores, professores e alunos. Para isso, contribuiu a Câmara Municipal e um empréstimo que a EPVL teve que pedir junto da banca, o que significa que tem crédito e os bancos, na análise de risco, são muito exigentes. O pagamento do financiamento do POCH já se verificou e a situação é de equilíbrio, tendo a Câmara Municipal ajudado como pode e quando foi absolutamente necessário. ----

(início após 1 hora e 09 minutos; fim após 1 hora e 13 minutos) -----

Não havendo mais intervenções foi iniciado o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs. 21 E 22: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 174



A Senhora Presidente da Mesa referiu que iria ser colocada à votação, apenas a Ata n.º 21, uma vez que não foi possível elaborar a Ata n.º 22, em tempo. -----
A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

*“ Exmª Srª Presidente. -----
A última coisa que os deputados do PCP nesta Assembleia Municipal querem é gastar tempo em questões de atas quando há tantos assuntos do interesse dos municípios deste concelho para analisar, discutir, procurar soluções. Quando afirmamos isto, acredite V. Exª que o dizemos sem sombra de cinismo ou hipocrisia. Também a última coisa que gostaríamos de fazer era complicar o trabalho da mesa que dirige esta Assembleia Municipal e que é presidida por V. Exª. Estamos convictos de que somos, sem falsas modéstias, cooperantes, leais, honestos e trabalhadores. Igualmente acreditamos que o órgão autárquico a que V. Exª preside deve ser prestigiado, dignificado e o seu trabalho divulgado e reconhecido. Já várias vezes mostrámos a nossa discordância relativamente ao modelo de atas ultimamente seguido por considerarmos que, em nada, persegue as intenções referidas. Já sabemos que estava previsto no Artigo 56.º do Regimento, mas também está claramente dito que, passo a citar, “contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado” e foi com esta formulação que estivemos de acordo mas não temos concordado com a forma como tem sido realizado, como já o afirmámos. Cotejadas várias práticas em municípios vizinhos, e que são idênticas, concluímos que, neste concelho, o tal resumo a que se refere o n.º 1, tem sido praticamente esquecido, no nosso entender. Mas...a ata n.º 21, pareceu-nos bastante mais consentânea com o que realmente está explanado no referido artigo, verdade seja dita, e com tal esforço nos congratulamos. No entanto, não podemos deixar de registar: a manutenção da remissão, pura e dura, para os tempos de gravação, designadamente, mas não só, de intervenções do presidente da CM. Voltemos ao artigo 56.º do Regimento: no ponto 10. “As atas e respectivas gravações estarão disponíveis, após aprovação, na página eletrónica do município.” Ora aqui reside outro problema. Pelo menos até ontem, Domingo, no site da Câmara Municipal aparecia o seguinte: ata n.º 20 – 30 de Setembro de 2016 publicada em 7 de Outubro. Aberto o ficheiro, aparecia a ata n.º 20, sim mas referente à AMM de 24 de Junho!!! Depois, lendo a ata 21, a que nos foi enviada e essa sim relativa a 30 de setembro e para tirar uma ou outra dúvida, procurámos a gravação, mas esta não nos foi remetida. Depois do primeiro envio de documentação, dois ou três dias depois chegou uma gravação, sim e aí, íamos ouvir, de modo a esclarecer as referidas dúvidas... mas a gravação era da sessão a que se deverá referir a ata n.º 22. Ou seja: temos uma ata sem gravação e uma gravação sem ata. Srª Presidente, é penoso, conseguir seguir esta Via Dolorosa... Geralmente, criticamos procurando sempre uma remediação. E aqui fica: que seja sempre efetuado o resumo do que depois é referido na gravação a que se referem os tempos; que se siga na senda da realidade que é efectivamente a ata n.º 21, porque na generalidade já corrige algumas práticas anteriores, que seja sempre*

enviada no expediente referente à Assembleia Municipal a ata e também a gravação; que nunca seja enviada só a gravação; que haja uma maior vigilância de V. Ex^a sobre os conteúdos que figuram no âmbito da Assembleia Municipal. Por outro lado recomendamos que, quando a Sr^a Presidente declara aberta a sessão a identifique para que a data de realização fique no registo áudio. Para fazer esta intervenção, Sr^a Presidente, procurei naturalmente e nunca aparece a data do que se está a ouvir. E olhe que ouvimos muito. Por tudo isto, abster-nos-emos na votação da ata 21. -----

*Os deputados municipais do PCP -----
Maria Isabel Lemos, António Neves” -----*

(início: após 1 hora e 13 minutos; fim: após 1 hora e 18 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa referiu que, *mais uma vez*, e como não podia deixar de ser, teria de responder. Agradeceu todas as críticas que sejam construtivas, concordando haver mais assuntos para tratar, não que as atas não sejam importantes, atendendo ao facto de serem um registo para memória futura. Afirmou que o sucedido não era por falta de vigilância da Mesa nesse aspeto, mas por falta de conhecimentos técnicos, que impede de se substituírem a quem de direito para trabalhar nos “links”. Numa próxima os cuidados serão redobrados, mas certamente, tratam-se de falhas técnicas, não sabendo explicar se existe um “link” errado, comprometendo-se a ver melhor ainda. Referiu também agradecer que o trabalho possa ser de colaboração para tudo poder funcionar melhor e que, possam, como às vezes acontece, deslocarem-se aos serviços, ou fazerem um telefonema, porque ajudam a poder resolver os problemas, sendo certo que se tivesse dado conta do problema teria feito alguma coisa por isso. Entende que aperceber-se do problema e esperar pela Assembleia para declarar que não pode votar porque não há gravação, não ajuda a poder fazer alguma coisa. Conclui que não sendo uma questão que passe muito pela Mesa, o que podem afirmar é que estarão mais atentos ainda, reiterando e insistindo nos pedidos que é costume serem feitos, relativamente às gravações, sempre com o sentido de continuar a melhorar a nova modalidade das gravações, onde também os Senhores deputados Municipais do PCP estiveram envolvidos para que ela estivesse em vigor. Na ausência de uma intervenção escrita, requereu a transcrição da intervenção. (início: após 1 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 21 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou a Ata n.º 21 à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Henriques Silva, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 175



Senhores Deputados Municipais: Bruno Manuel Pereira Coimbra, Maria Isabel Pinto Lemos, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Pedro Manuel Esteves Almeida Simões, António Nogueira das Neves, Paula Cristina Cardoso Pereira Machado Pinto. -----

A ATA n.º 21 foi aprovada, por maioria, com vinte votos a favor e seis abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu que o documento enviado tem um conjunto de informações, apresentando toda a disponibilidade para prestar esclarecimentos. -----

(início: após 1 hora e 23 minutos; fim: após 1 hora e 24 minutos) -----

1) O Senhor Deputado Municipal, Artur Dinis, pediu a palavra, para solicitar, em nome da bancada do PS, esclarecimentos sobre uma questão que tem alarmado algumas pessoas, que é o lançamento de projetos ou de obras no valor de cerca de vinte e sete milhões. -----

(início: após 1 hora e 24 minutos; fim: após 1 hora e 25 minutos) -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, informou que na imprensa teve oportunidade de clarificar o que tinha sido o presente mandato, até à data, tendo o Município desenvolvido projetos, outros encontram-se já em fase final de execução, outros já executados e, nalguns casos, com concursos lançados. Relativamente ao 2020 ainda não houve transferência de dinheiros. Informou que foram apresentados projetos como: a candidatura ao património cultural – intervenção e conservação do Convento de Santa Cruz do Bussaco e nalgumas das ermidas, cujo orçamento ronda o milhão de euros e que o Município espera que seja comparticipada; obra de parte da rede de águas de Casal Comba para substituição da rede que ainda está em fibrocimento e que rondará um milhão de euros e que não tem financiamento assegurado; obra na Escola Secundária da Mealhada, resultante do acordo celebrado com o Estado, que permitiu apresentar uma candidatura ao Programa Regional, obra essa que rondará os oitocentos e sessenta mil euros; candidatura de três jardins-de-infância, foi aprovada e os projetos estão prontos; Mercado da Mealhada, os terrenos estão adquiridos, projeto feito, e será lançado concurso público para o empreendimento, cujo orçamento rondará os três milhões de euros e não há financiamento aprovado para este projeto; requalificação e ampliação do Mercado da Pampilhosa, obra que já está em fase de adjudicação; requalificação da zona urbana da Pampilhosa, dependendo o lançamento da obra da entrega dos projetos, rondando a mesma os dois milhões e trezentos mil euros, não havendo financiamento; ETAR da Mealhada, foi aprovada a candidatura e o investimento rondará dois milhões e novecentos mil euros; construção do novo edifício municipal, o projeto está concluído sendo aguardado o resultado da candidatura

apresentada; remodelação da Piscina Municipal, com um projeto muito ambicioso, que tornará a piscina com maior eficiência energética, cujo orçamento rondará o milhão de euros. -----

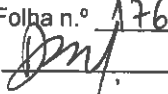
(início: após 1 hora e 25 minutos; fim: após 1 hora e 38 minutos) -----

2) Interveio o Senhor Deputados Municipal, António Neves, para ler a seguinte intervenção: -----

“Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----

1. Passados seis anos sobre a sua publicação, a Lei n.º 2/2011, de 9 de Fevereiro, relativa à remoção do amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos, continua por cumprir. Esta Lei veio determinar o levantamento de todos os edifícios, instalações e equipamentos públicos contendo amianto na sua construção, no prazo de um ano; a organização e divulgação pública de uma listagem de todos esses edifícios, instalações e equipamentos; e em seguida a actuação do Governo no sentido de assegurar a monitorização e ou remover os materiais nocivos. Logo no início deste mandato, levantámos o problema da cobertura nos estaleiros municipais, Efectuámos uma visita e nessa altura estava prevista só para uma parte do telhado em piores condições de conservação – pelos custos que acarreta. Presentemente, apesar de este executivo municipal ter iniciado a remoção de parte do amianto nos estaleiros municipais, o problema subsiste. Os trabalhadores e utentes, continuam expostos ao perigo e sem conhecer o prazo previsto para a remoção total desse material, continuando assim expostos a um produto perigoso, sobretudo pela acção do tempo, estando comprovado ser por isso um produto perigoso e potencialmente cancerígeno. No entanto, estando em causa questões de saúde pública e o cumprimento da lei, não se entende que passe mais um mandato autárquico sem que o problema se resolva totalmente, mais a mais quando a saúde financeira da Câmara Municipal é proclamado. Também, nas sessões da Assembleia Municipal de 10 de Abril e 27 de Novembro de 2015, questionámos o Sr. Presidente sobre a remodelação da rede de abastecimento de água às povoações de Casal Comba, Vimieira, Silvã, Lendiosa e Pedrulha, constituídas por tubagens de fibrocimento, substância potencialmente cancerígena proibida pelas instâncias nacionais e europeias. Numa das últimas sessões desta Assembleia Municipal fomos informados de que este processo tinha saído da fase de projeto para a fase de abertura de concurso público com vista para à realização da obra. Solicitamos, pois, informações sobre estes dois processos. 2. Chamamos a atenção de V.Exª para o facto de continuarem a não existir passeios em parte da na Rua do Grupo Desportivo. O movimento de peões naquela rua tem aumentado devido à instalação de novas empresas e ampliação de outras. Ora estes peões continuam a transitar pelas passagens provisórias abertas aquando da construção do novo pontão sobre a Linha do Norte. No entanto aquelas têm vindo a deteriorar-se, dado que já passou muito tempo e tornam-se intransitáveis, aumentando o perigo para os peões que têm de circular por ali. Quais os planos do executivo camarário para resolver este problema? -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 176


Os eleitos do PCP -----
Maria Isabel Lemos, António Neves". -----

(início: após 1 hora e 38 minutos; fim: após 1 hora e 42 minutos) -----
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos estaleiros existe uma cobertura de fibrocimento que na sua composição tem cerca de dez por cento de amianto. Foi substituída parte da cobertura, não por haver alguma quantidade de amianto nas telhas de fibrocimento, mas porque chovia nas instalações e existem no local, componentes de eletricidade, o que poderia causar algum problema gravíssimo. Informou que nos passeios do mercado municipal será feita uma intervenção. Sobre a substituição das condutas de água, deve-se facto das mesmas estarem velhas e degradadas, iniciando-se a obra no mês de março. Para melhor esclarecimento da questão da Linha do Norte solicitou a intervenção da Senhora Vereadora, Arminda Martins. -----

(início: após 1 hora e 42 minutos; fim: após 1 hora e 47 minutos) -----
A Senhora Vereadora, Arminda Martins, informou encontrar-se em curso a elaboração duma empreitada de pavimentações diversas no Município que tratará parte do arruamento referido, incidindo em passeadeiras desniveladas. Relativamente aos passadiços já foi conseguido o acordo com o IP na parte sul, para que continue a ser naquele troço e as pessoas não circulem na estrada de baixo podendo aceder ao passeio que se situa em cima, sendo um trabalho a realizar pelos serviços municipais, que ligará a uma zona conhecida por Crussel e antiga Cooperativa e que a zona junto do campo de futebol e a antiga Cooperativa também será tratada. Acrescentou que no âmbito da empreitada só está incluído o arruamento. -----

(início: após 1 hora e 47 minutos; fim: após 1 hora e 50 minutos) -----
3) No uso da palavra, o Senhor Presidente da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, elogiou o sucesso do desfile do carnaval de domingo e o regresso do mesmo ao centro da Mealhada, tratando-se de uma festa que apoia o comércio local. O sucesso alcançado foi possível com o apoio financeiro da Câmara Municipal, tendo a Junta de Freguesia também apoiado as escolas de samba e a Associação do Carnaval da Bairrada. Felicitou também as escolas de samba e a equipa da Associação de Carnaval da Bairrada pela organização. Acrescentou, ter sido uma aposta ganha e apelou para que "confiem nos jovens e terão estas agradáveis, não surpresas, mas certezas". -----

(início: após 1 hora e 50 minutos; fim: após 1 hora e 54 minutos) -----
3) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informou que a Câmara Municipal, por obrigação legal de obter autorização genérica da Assembleia Municipal, tem vindo a apresentar a Listagem dos Compromissos Plurianuais. (início: após 1 hora e 54 minutos; fim: após 1 hora e 55 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, António Neves, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

“Da leitura do documento, surgem-nos duas dúvidas: - Uma primeira tem a ver com os serviços de vigilância indicados no primeiro quadro: um compromisso plurianual aberto em 2016 mas com quase todo o montante em 2017: cerca de 45.600,00 euros. A quem se destina esta verba, isto é, qual é a entidade que assegura esses serviços de vigilância e em que termos? - O outro compromisso plurianual consta do segundo quadro: comparticipação financeira nos projetos intermunicipais da CIM RC – mais de 87.000 euros este ano; cerca de 160.000 até 2020. Que projetos são estes, em concreto? -----

Os deputados municipais do PCP -----

Maria Isabel Lemos, António Neves” -----

(início: após 1 hora e 54 minutos; fim: após 1 hora e 55 minutos) -----

A Senhora presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que os serviços de vigilância são os do edifício da Câmara Municipal, Parque da Cidade, Posto de Turismo 4 Maravilhas. Quanto à comparticipação financeira do Município da Mealhada dos projetos intermunicipais, referiu existirem projetos que são candidaturas da CIM, mas que a Mealhada quando concorre tem que participar e se, por exemplo, o projeto for até 2020, a Câmara terá que registar na sua contabilidade as comparticipações de 2017, 2018, 2019 e 2020. -----

O Senhor Deputado Municipal, António Neves, questionou sobre o procedimento no caso do projeto não ser aprovado, tendo o Senhor Presidente informado que é feito o descabimento do valor. -----

(início: após 1 hora e 55 minutos; fim: após 1 hora e 58 minutos) -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

4) CPCJ – RELATÓRIO DE ATIVIDADE - 2016: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra À Senhora Presidente da CPCJ da Mealhada, Senhora Dra. Paula Andrade, que apresentou o Relatório da Atividade da CPCJ no ano de 2016. -----

(início: após 1 horas e 58 minutos; fim: após 2 horas e 25 minutos) -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do RELATÓRIO DE ATIVIDADE - 2016. -----

5) PROPOSTA N.º 49/2016 – FIXAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que a lei de 2012 que impôs restrições à organização dos serviços municipais já não está em vigor tendo sido publicada uma nova lei que permite descongelar os cargos de chefe de divisão e de chefe de setor, podendo a Câmara aprovar uma proposta e apresentar à Assembleia, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009. É fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis que, posteriormente, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante a decisão da Assembleia Municipal, propondo-se, neste caso, o número máximo de catorze unidades orgânicas flexíveis. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 177



(início: após 2 horas e 25 minutos; fim: após 2 horas e 27 minutos) -----
A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, para ler a seguinte intervenção: -----

"A que se referem as 14 unidades orgânicas flexíveis? É apresentada a lista das 5 ou 6 existentes e depois não é referida a lista e o conteúdo, o título das unidades orgânicas que se pretendem criar. -----

Os eleitos do PCP -----

Maria Isabel Lemos, António Neves -----

(início: após 2 horas e 27 minutos; fim: após 2 horas e 28 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que naquele momento não podia prestar tal informação, pois será um trabalho que a Câmara Municipal fará de seguida. A Assembleia Municipal tem a capacidade de fixar o número máximo, e posteriormente, a Câmara Municipal, em função desse número, escolherá a organização interna e elaborará uma proposta para apresentar à Assembleia Municipal. -----

(início: após 2 horas e 28 minutos; fim: após 2 horas e 31 minutos) -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Henriques Silva, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se os Senhores Deputados: Maria Isabel Pinto Lemos e António Nogueira das Neves. ---

A PROPOSTA N.º 49/2016 – FIXAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler uma Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: -----

"Nós abstivemo-nos considerando: - a falta de informação precisa a que se refere o número de unidades orgânicas flexíveis agora proposto, talvez primeiro pela apresentação de um organigrama; - que se trata de um aumento de mais de 100%; - que não foram dadas justificações adequadas e atempadas quanto ao aumento que consideramos exagerado, os deputados do PCP abstiveram-se. -----

Os eleitos do PCP -----

Maria Isabel Lemos, António Neves" -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Senhora Deputada Municipal poderá ter razão, mas a culpa é da lei, comprometendo-se a apresentar a organização total dos serviços. -----

(início: após 2 horas e 31 minutos; fim: após 2 horas e 33 minutos) -----

6) PROPOSTA N.º 03/2017 – DEFINIÇÃO DA ÁREA E REQUISITOS DE RECRUTAMENTO DOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que os cargos de chefia de 3.º grau se referem aos Chefe de Setor.-

(início: após 2 horas e 33 minutos; fim: após 2 horas e 36 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA N.º 03/2017 – DEFINIÇÃO DA ÁREA E REQUISITOS DE RECRUTAMENTO DOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

7) PROPOSTA N.º 04/2017 – JÚRI PARA O RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA, GESTÃO DE FROTAS E PROTEÇÃO CIVIL: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou existir um funcionário da Câmara Municipal que foi empossado no lugar de chefe de divisão por um período, sendo, presentemente, necessário abrir o concurso, devendo a Assembleia Municipal definir o júri sob proposta da Câmara Municipal. -----

(início: após 2 horas e 36 minutos; fim: após 2 horas e 38 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA N.º 04/2017 – JÚRI PARA O RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA, GESTÃO DE FROTAS E PROTEÇÃO CIVIL. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

8) PLANO DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que solicitou a intervenção da Senhora Vereadora, Arminda Martins, para fazer uma exposição mais alargada sobre o plano identificar as áreas onde serão dirigidos esforços de eficiência energética. -----

A Senhora Vereadora Arminda Martins fez a análise do plano e do levantamento sobre a realidade do Município, dos edifícios e da IP (iluminação pública) e as medidas previstas a implementar ao longo do tempo de forma a minimizar a fatura energética, sendo este o propósito do plano. Concluiu referindo que o plano projeta por dois ou três anos o que deve ser feito de forma a baixar a fatura energética. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 178

(início: após 2 horas e 39 minutos; fim: após 2 horas e 46 minutos) -----
A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, e no uso da
mesma, referiu que a sua intervenção é também uma Declaração de Voto, e
procedeu à sua leitura: -----

*“Este documento foi enviado menos de uma semana antes desta sessão.
Atendendo à complexidade do conteúdo, certamente a requerer mais cuidado de
leitura e análise, só poderemos no mínimo optar pela abstenção, porque a
possibilidade de intervirmos sobre o tema ficou condicionada. -----*

Os deputados municipais do PCP -----

Maria Isabel Lemos António Neves” -----

(início: após 2 horas e 46 minutos; fim: após 2 horas e 47 minutos) -----
Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto
à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de
Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno
Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Luís
Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida,
Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos,
Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, António da
Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho,
Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores
Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo
Cardoso, João Carlos Henriques Silva, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos
Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se os
Senhores Deputados Municipais: Maria Isabel Pinto Lemos e António Nogueira
das Neves. -----

O PLANO DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, foi aprovado por
maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos
termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 23 horas e 20
minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim,

Maria de Laçete Mendes Ferreira e Godinho Maria de Laçete Mendes Ferreira e Godinho,
Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara
Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto
no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Daniela de Melo Esteves

